

ATA 05/08-CONSELHO MUNICIPAL DA SAÚDE DE PORTO ALEGRE

1
2 Aos seis dias do mês de março de 2008, tendo como local o auditório da Secretaria
3 Municipal da Saúde, na Avenida João Pessoa 325, e com início às 18:30 horas realizou-se
4 mais uma Plenária do Conselho Municipal de Saúde de Porto Alegre, com a seguinte
5 proposta de pauta. 1)Abertura, 2)Apreciação da Ata 03/08, 3) a)Apresentação do Filme
6 “Todo Amor Dessa Vida” b)apresentação do Projeto de Ouvidoria da Secretaria Municipal
7 da Saúde e 4)**CERIMÔNIA DE POSSE DO NOVO NÚCLEO DE COORDENAÇÃO DO**
8 **CONSELHO MUNICIPAL DA SAÚDE DE PORTO ALEGRE.** Estavam presentes os
9 seguintes Conselheiros Titulares. 1)**Oscar Paniz, 2)Rejane Haidrich, 3)Flávio Becco,**
10 **4)João Batista Ferreira, 5)Maria Leticia de Oliveira Garcia, 6)Paulo Goulart dos**
11 **Santos, 7)Deoclides Ferreira de Almeida, 8)Jaci dos Santos, 9)Zilda de Moraes**
12 **Martins, 10)Maria Ivone Dill, 11)Maria Encarnacion Morales Ortega, 12)Olir**
13 **Citolin)13)Jonas Ubiratan Fiad Mendonça, 14)Jose da Silveira Vieira, 15)René Miguel**
14 **Alves, 16)Maria Angélica Mello Machado, 17)Giovana Monteiro, 18)Alberto Terres,**
15 **19) Maria Geneci da Silveira, 20)Tânia Ledi da Luz Ruchinsque, 21)Sandra Mello**
16 **Perin, 22)Débora Raymundo Melecchi, 23)Renata Cristina Rocha da Silva, 24)Adriana**
17 **Rojas, 25)Ana Cláudia de Paula, 26)Isis Azevedo da Silveira, 27)Silvia Giuliani,**
18 **28)Lani Fagundes Pinto, 29)Maria Rejane Seibel, 30)Gilmar França, 31)Jairo**
19 **Francisco Tessari, 32)Alcides Pozzobon, 33)Roger dos santos Rosa, 34)Irineu**
20 **Keiserman Grinberg, 35)Izolda Machado Ribeiro, 36)Márcia Nunes, 38)Heloisa**
21 **Helena Roussellet de Alencar.** Estavam presentes os seguintes Conselheiros Suplentes:
22 **1)Miriam França, 2)Cláudia Beatriz Mattia, 3)Walmir Labattut, 4)Humberto José**
23 **Scorza, 5)Paula Guntzel, 6)Cláudia Feldmann.** A Coordenadora ZILDA DE MORAES
24 MARTINS solicita então que a Senhora NEUZA HEINZELMANN, que representa o
25 Coletivo Feminino Plural, se manifeste. Esta diz que dentro das atividades que temos
26 para este ano de 2008, temos um Projeto chamado “No Intervalo da Novela das Oito”. É
27 um projeto de prevenção na área de DST, que está, este ano, direcionado para as
28 mulheres com idade acima de 40 anos. Dentro deste projeto elaboramos o filme, que
29 será apresentado a seguir. O desenvolvimento deste Projeto se dará em algumas
30 comunidades, onde já demos o informe sobre isso. Prioritariamente 4 comunidades da
31 cidade. Partenon. Lomba do Pinheiro, Restinga e Rubem Berta. Como conseguimos um
32 aditivo financeiro teremos a possibilidade de ampliar a cobertura do Projeto. Passa então a
33 ser exibido o Filme “Todo Amor Dessa Vida”, sendo que é feita a doação ao Conselho
34 Municipal de Saúde de um DVD, o qual ficará a disposição de Conselheiros que o
35 quiserem divulgar. Após o filme, em comentário final diz a Senhora NEUZA
36 HEINZELMANN que tem o filme este nome, “Todo Amor Dessa Vida”, porque é a nossa
37 intenção de que a gente possa estar, sempre em questão de prevenção, com todo amor
38 que a gente tem direito nesta vida. E ele nasceu dentro do Projeto No Intervalo da Novela
39 das Oito, porque no intervalo da novela das oito muita coisa pode acontecer. Dando
40 prosseguimento à Plenária o Conselheiro OSCAR PANIZ coloca em avaliação a Ata
41 03/08. É solicitado a quem tiver alguma observação que se manifeste. A Conselheira
42 DÉBORA MELECCHI faz sua observação, que é registrada. Nada mais havendo é
43 colocada em votação a Ata 03/08, sendo aprovada por 24 votos favoráveis, nenhum
44 contrário e 2 abstenções. A Coordenadora ZILDA DE MORAES MARTINS, dando
45 prosseguimento a Plenária, solicita que a Senhora MÁRCIA MUNHÓS DE CAMPOS,
46 responsável pela implantação do Projeto de Ouvidoria, da Secretaria Municipal da Saúde,
47 se manifeste. Fala então a Senhora MÁRCIA, diz ser Psicóloga e é a Ouvidora da
48 Secretaria da Saúde. Diz que apresentará à este Conselho um Processo de Ouvidoria
49 que ainda está em processo de implantação. Diz que no momento é ela e a CLÁUDIA
50 AZEVEDO que são as responsáveis pela implantação do Projeto. O que iremos

51 apresentar é o Processo de Ouvidoria, que começou em 2005, nesta Secretaria, e todo
52 o trabalho que estamos desenvolvendo e também mostrar a vocês um pouco do conceito.
53 Temos observado que existem informações confusas sobre o que seria uma Ouvidoria.
54 **(inicia a apresentação via data show do resumo do projeto o qual está arquivado e**
55 **anexado à documentação desta ata, na Secretaria do Conselho Municipal de Saúde**
56 **e também no final desta Ata).** Após a apresentação são abertas inscrições para
57 esclarecimentos. Aproveita a Coordenadora ZILDA MARTINS e registra que no ano
58 passado, com a vinda do Ministério da Saúde para apresentação do Projeto de
59 Ouvidoria, percebemos que houve melhora em relação ao Projeto anterior. Fala o
60 Conselheiro DEOCLIDES FERREIRA DE ALMEIDA que inicialmente cumprimenta pelo
61 trabalho apresentado, sobre a ouvidoria. Esperamos que isto não fique somente no papel,
62 como muitas vezes acontece. Já usei a Ouvidoria da Santa Casa, que infelizmente não
63 obtive retorno. Espero que este Programa funcione, pois é o que todos desejamos.
64 Manifesta-se a conselheira SANDRA PERIN, representando os usuários pelo GAPA.
65 Primeiramente, que bom, pois a gente sempre acha uma Ouvidoria algo importante. Isto
66 me lembra da figura da grande orelha, onde a gente possa ir lá e contar de todas as
67 nossas mazelas, sentimentos e angústias. Não querendo ser pessimista, principalmente
68 neste dia de posse do novo Núcleo de Coordenação, mas de lembrar um pouco a todos
69 que estão aqui, de todos os Programas, Projetos e outras tantas coisas que temos visto,
70 ao longo deste últimos 3 anos. Lembro, especificamente, das Comunidades Terapêuticas,
71 que continua no papel. Pensar, como encaminhamento, aquilo que foi decepcionante para
72 mim, quando tu chegaste na última lâmina e disse “tudo isto que vocês estão vendo, não
73 dispomos de algo que é mais importante, quer dizer, ter alguma coisa que pode funcionar
74 neste mundo, sem o ser humano”. Uma ouvidoria sem o ouvido, vai ficar no papel. Então
75 temos de encaminhar e pensar o quanto tempo nós vamos nos dar, enquanto Conselho e
76 Secretaria, até porque tem coisas legais que se não andarem até o mês de abril, que é o
77 mês decisivo neste ano eleitoral, nada mais funciona depois. Sem querer ser pessimista e
78 já sendo, frente a realidade, neste momento da saúde, nesta cidade maravilhosa, é de
79 que tempo temos, em função da contratação de pessoal. Que tempo a gente está dando
80 para que isto, que é uma demanda urgente, funcione? E, lembrar que na última
81 Conferência Municipal de Saúde, houve uma proposta, que passou, de uma Ouvidoria em
82 AIDS, que a gente acha super importante, e evidente, que esta é muito mais ampla pois
83 tem todas as patologias e doenças. Acho que temos que fazer este encaminhamento para
84 saber qual é o tempo, porque ouvidoria sem ser humano não funciona. Seguindo,
85 manifesta-se o Conselheiro ALBERTO TERRES, representando o Sindicato dos
86 Municipários. Quero louvar esta iniciativa da ouvidoria, que é um espaço importante.
87 Queremos saber se este espaço é para usuário, para os trabalhadores ou para quem e de
88 que forma ele vai chegar à este ouvido, como falou a colega SANDRA. Acho que nas
89 manifestações, poderíamos contribuir para a construção desta ouvidoria pois eu conheço
90 outras ouvidorias que não funcionam, pois é mais um ato burocrático onde as pessoas
91 vão lá e ficam aguardando anos e anos respostas. Então ela deveria ser construída
92 melhor. Com os usuários, com o Conselho Municipal de Saúde, que tem muito a
93 colaborar, pois aqui temos todos os segmentos. Sendo bem realista, para mim ela não
94 deverá funcionar, até mesmo em função dos Recursos Humanos. Estamos aqui, a muito
95 tempo, brigando por Recursos Humanos e não estamos tendo respostas. Está no GPO
96 (Gabinete de Programação e Orçamento) para contratar estagiários, mas não saiu ainda
97 a ordem para contratá-los. O 156 a gente sabe como funciona. Fala o Conselheiro JOÃO
98 BATISTA, usuário da Glória-Cruzeiro-Cristal. Diz que hoje mesmo esteve fazendo 2
99 “ouvidorias” em pontos pobres e críticos da sua região. Eu moro no meio da população e
100 acho tudo uma conversa. Mais um meio para gastar. A doença não espera. Fala a seguir

101 a Dra. ADRIANA ROJAS, pelo Sindicato Médico. Sou uma pessoa que acredita que
102 algumas coisas podem dar certo e espero que esta Ouvidoria mostre uma
103 profissionalização da escuta do cidadão. Esperando também que não seja um local
104 apenas para “queixumes”, principalmente porque eu, como represento a categoria dos
105 trabalhadores em saúde, não seja lá o espaço onde os servidores públicos sejam o vilão
106 do Sistema. Que dê o encaminhamento correto. Que este encaminhamento não sirva
107 também somente para aquelas pessoas que tem um poder maior de argumentação, ou
108 seja, que em equidade não sejam aqueles que necessitam mais. Que a pessoa liga,
109 reclama e passa na frente. Muitas vezes acontece e quem trabalha na ponta sabe disso.
110 Fala a seguir a Senhora TÂNIA FAILLACE, que em princípio concorda com o que o
111 ALBERTO TERRES falou, principalmente em relação ao fone 156, que freqüentemente
112 estou ligando e eles solicitam para fazer-se o expediente por escrito, ou, um processo. Ai
113 a gente sabe que não funciona. Por outro lado vejo que uma Ouvidoria burocratizada,
114 com fluxograma, cronograma e tudo mais, tendo estagiários, onde mais uma vez se
115 explora a mão de obra de um infeliz de um estudante. Porque que não se faz uma coisa
116 mais profissional e ligada ao Conselho Municipal de Saúde e aos Conselhos Distritais e
117 Locais. O usuário vai a farmácia básica ou na Unidade de Saúde, não encontra os
118 medicamentos, já passa ali para fazer sua reclamação. Esta burocratização vai botar esta
119 ouvidoria numa redoma, com contatos com outras instâncias de forma meio abstrata e
120 sem nenhum poder de resolutividade. Seria uma boa maneira de articular os Conselhos
121 Distritais, que freqüentemente estão ausentes daqui ou tem pouca capacidade de
122 comunicação. É bom não esquecer que este é um ano eleitoral e não sei se estes
123 estagiários vão ser ouvidores ou cabos eleitorais. Manifesta-se a seguir o Conselheiro
124 HUMBERTO SCORZA, dizendo também pensar, e não é porque o Ministério da Saúde
125 quer que se faça, pois a gente já sabe que os Ministérios são os criadores dos grandes
126 cabides de emprego, de burocratização de coisas, para pendurar gente lá dentro, que não
127 vai resolver nada, ou irá onerar o estado, com mais gastos. Quero deixar bem claro que o
128 que foi colocado aqui dentro está muito certo. Se funcionarem os Conselhos Distritais. Se
129 os Gestores estiverem presentes nas reuniões, se este Conselho Municipal for ouvido, a
130 Ouvidoria se faz até desnecessária. Recordem-se da experiência que tivemos quando no
131 Conselho recebíamos as queixas. Havia instalado no quarto andar a Assessoria
132 Comunitária, e que em última instância, quem tinha que resolver tudo era o próprio
133 Conselho, que corria atrás. Realmente este é um ano que se presta para criar muitas
134 coisas novas e surgir por ai panfletos dizendo que foram criadas coisas no município que
135 antes não tinham. Eu não estou discutindo e acho que vocês trabalham aqui dentro e
136 fazem o que pedem. Manda quem pode e obedece quem precisa. Para mim, fica bem
137 claro, que mais do que nunca, e este é o momento, e já fica aqui a minha homenagem ao
138 Núcleo de Coordenação que está saindo, e que continuem em outras instâncias,
139 trabalhando. É o momento para nós revitalizarmos este espaço que é do Controle Social,
140 pois, às vezes, ouvidorias dentro de instituições oficiais não são nada mais do que
141 amortecedores de relações e que sempre protegem aqueles que eles tem mais interesse
142 de proteger, que é, as vezes, quem está por cima. Fala a seguir a Conselheira ZILDA
143 MARTINS, que reforça a questão das portas de entrada, de acesso, das reclamações.
144 Ficou bem claro que o Conselho não abre mão de que as portas de entrada sejam os
145 Distritais, Locais, a Gerências Distritais, também. Cada um com seu código de acesso.
146 Tem também um Relatório, que deve vir para a apreciação do Conselho. Fala a seguir a
147 Conselheira ISIS DA SILVEIRA, pelo conselho Regional de Odontologia, dizendo que
148 manifesta-se no sentido de fazer um depoimento pois teve a oportunidade de
149 acompanhar um treinamento para Ouvidores, cerca de 400 pessoas, que houve em
150 Brasília. Dividido em três módulos. Achei um Projeto muito interessante. Mais uma porta,

151 principalmente para usuários. Não vejo como uma coisa política, se bem estruturada,
152 como esta parecendo, no que foi apresentado. Seguindo, manifesta-se o Conselheiro
153 GILMAR FRANÇA, do SINDISAÚDE. Diz achar que o trabalho feito pelos funcionários,
154 sejam municipais, estaduais, concursados, deve ser muito respeitado. Sabemos que em
155 todo o Sistema há uma hierarquia. Vejo boa vontade no trabalho das Equipes. Infelizmente
156 em toda organização há uma hierarquia. O que vejo é a necessidade de se ter uma
157 construção em conjunto. Coletiva. Ouvir. Ouvidoria. Os funcionários querem Os
158 trabalhadores, acho, têm interesse. O chefe da Secretaria da Saúde não escuta nós aqui,
159 que somos o órgão formulador, fiscalizador. Como os funcionários vão implantar este
160 Projeto, se a pessoa que gerencia tudo não escuta. Tem muito funcionário bom, mas não
161 merecem a hierarquia que está posta. Eu desejo sucesso. Se fazem muitas coisas com
162 dinheiro, mas também se faz muita coisa ruim com dinheiro. Fazem-se muitas coisas
163 boas, sem dinheiro. Seguindo a Coordenadora ZILDA MARTINS passa a palavra para a
164 Senhora NEUZA HEINZELMANN, que manifesta-se e dentro do espírito de 8 de março,
165 dia Internacional da Mulher. Diz que e homenageada as mulheres o deveriam ser todos
166 os dias, acrescentando que deixou um prospecto com a programação sobre a Semana
167 da Mulher. E, aproveitando, em nome de duas mulheres, a ZILDA MARTINS, atual
168 presidente do Conselho e a MARIA LETICIA DE OLIVEIRA GARCIA, próxima Presidente
169 do Conselho, entrego esta homenagem à elas. (são entregues flores as duas
170 senhoras). Seguindo, passa a palavra a Coordenadora ZILDA para a Senhora MÁRCIA
171 MUNHÓS DE CAMPOS, que inicia dizendo que o nome correto que deveria se usar seria
172 “escutaria”, de escutar, que é o cuidado que a gente tem ao ouvir, mas ouvir com atenção.
173 Todas as preocupações expressas por vocês, são as mesmas que eu tenho. A minha
174 apreensão de que a ouvidoria seja mais alguma coisa para a gente disponibilizar ao
175 cidadão e não gerar algum resultado, é minha preocupação. Por isso é uma condição de
176 que eu coloquei, de que se não forem contratados Recursos Humanos, pelo menos para
177 mim, como sendo ouvidora, não tem como funcionar. Eu não compartilho da idéia de se
178 criar uma ouvidoria, somente para se criar. Ou tentaremos fazer ela ser resolutiva, ou
179 não. Não sou perfeita, estando sujeita a falhas. Sobre a participação do Conselho na
180 construção disso, estamos abertos. Temos conversado bastante. Sempre quis a parceria
181 do Conselho, desde o início. Quando a ouvidoria entrar em funcionamento, muita coisa
182 deverá sentar a poeira. Começara a se organizar melhor. Com relação as avaliações e
183 aos relatórios para o Conselho, como ele terá acesso, ele terá como gerar estes
184 relatórios, a qualquer momento. Não irão depender da Ouvidoria ou do Secretário. Com
185 relação a questões políticas, tanto eu como a CLÁUDIA, somos servidoras e isto penso
186 ser o diferencial da Ouvidoria. Eu estou aqui. Comprei esta idéia. Gosto desta idéia. Mas
187 tem algumas condições que a gente tem de colocar, que se não for para funcionar,
188 também não dá. A ouvidoria não é um balcão de atendimento. Não será, por exemplo,
189 com a chegada de um pedido de um cidadão, e ele irá furar a fila. Existe um principio de
190 equidade e a idéia é não fazer isso, ou seja, privilegiar alguém. Era isso, gostei muito da
191 participação de todos e estamos a disposição de todos, na Ouvidoria. Obrigada. Após a
192 apresentação a Coordenadora ZILDA DE MORAES MARTINS passa a palavra a
193 Jornalista JULIANA FARIAS, que chama para compor a mesa o representante da
194 Comissão Eleitoral PEDRO RIBEIRO. A atual Coordenadora do Conselho Municipal de
195 Saúde, ZILDA DE MORAES MARTINS. A Coordenadora eleita, MARIA LETICIA DE
196 OLIVEIRA GARCIA. A representante do Conselho Estadual de Saúde do Rio Grande do
197 sul, Senhora ENI BAHIA. O representante da Secretaria Estadual de Saúde do Estado,
198 Senhor NILTON MUNHÓS. A representante do Ministério da Saúde, Senhora CLARITA
199 DE SOUZA. É registrada a presença do Dr. JAIR FERREIRA, representando a
200 Presidência do Hospital de Clínicas de Porto Alegre. O Dr. RAUL VALANDRO,

201 representando o Hospital de Santa Casa. O Dr. CARLOS HENRIQUE CASARTELLI,
202 Diretor do Hospital Materno Infantil Presidente Vargas. O Dr. PAULO AZAMBUJA, Diretor
203 do Hospital de Pronto Socorro de Porto Alegre. A Enfermeira CLÁUDIA FELDMANN,
204 representando a Federação Nacional dos Enfermeiros. Registramos os cumprimentos
205 enviados pela Senhora Deputada Estadual STELLA FARIAS e do Conselho Nacional de
206 Saúde. Convidamos então o Senhor PEDRO RIBEIRO para dar posse aos membros do
207 novo Núcleo de Coordenação do Conselho Municipal de Saúde de Porto Alegre, Gestão
208 2008/2009. Passa então a fazer a leitura o Senhor PEDRO RIBEIRO do **TERMO DE**
209 **POSSE DA NOVA GESTÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO**
210 **ALEGRE PARA 2008/2009. (documento anexado junto ao livro de posse do**
211 **Conselho Municipal de Saúde e reproduzido ao final desta ata).** Após a Leitura, são
212 chamados para assinarem o Termo a Conselheira MARIA LETÍCIA DE OLIVEIRA
213 GARCIA, o Conselheiro OSCAR RISSIERI PANIZ, o Conselheiro JOSÉ CARLOS
214 SILVEIRA VIEIRA, a Conselheira REJANE HAIDRICH, a Conselheira DÉBORA
215 RAYMUNDO MELECCHI, o Conselheiro ROGER DOS SANTOS ROSA. No ato de
216 assinatura não estavam presentes a Conselheira ELEN MARIA BORBA e o Secretário da
217 Saúde, Senhor ELISEU SANTOS. No prosseguimento da solenidade é registrada a
218 presença do Senhor MIGUEL ROSSETTO, da Vereadora SOFIA CAVEDON e da
219 Presidente da Federação Nacional dos Farmacêuticos, CÉLIA CHAVES. Prosseguindo é
220 encaminhada a palavra a Senhora ZILDA DE MORAES MARTINS. Diz inicialmente que
221 trago minha inserção, enquanto trabalhadora, a partir da região onde trabalho, por mais
222 de 15 anos, que é o Partenon. Fiz parte do Conselho Estadual de Saúde. Compus a
223 Assessoria Técnica do Conselho Estadual de Saúde. Auxiliei na construção da Lei do
224 Conselho Estadual de Saúde, junto com a ADALGIZA. Digo isso, para afirmar que aprendi
225 muito com os Conselhos e com os Conselheiros. No Conselho Municipal de Saúde de
226 Porto alegre participo a mais de 10 anos. Na Coordenação, fiz parte da mesma com o
227 Senhor NEI CARVALHO e com alguns conselheiros, que se mantêm, nesta nova Gestão
228 do Núcleo. Quando a gente se propôs a compor uma chapa, para participar do Conselho,
229 nesta gestão que finda algumas propostas nos orientavam. Em especial, citarei três. Que
230 é a questão de gênero. De acesso da mulher nas instâncias de coordenações. A questão
231 relacionada à alternância de segmentos e a saúde, com mobilização e participação social.
232 Penso que algumas coisas avançam. Mas temos muito que avançar nesta questão da
233 participação e mobilização social. Principalmente relacionada a questão da coesão. Na
234 proposta de chapa pensamos na diversidade, nas afinidades individuais. Tivemos alguns
235 avanços e conquistas. Isto na minha análise e na análise de alguns componentes da
236 gestão que finda. Algumas construções merecem serem citadas, como o Diagnóstico de
237 Necessidades, mais pela participação, que houve. Da integração com o Gestor, com os
238 trabalhadores, através dos Conselhos Distritais. Coordenações das Políticas, onde o
239 Programa de Saúde da Família foi o destaque. Tem algumas vitórias, neste Conselho,
240 como, por exemplo, o curso de Capacitação, que vai para o segundo ano, com a
241 contribuição muito forte da Conselheira HELOISA ALENCAR. Penso que devemos
242 avançar mais. Conquistamos ainda diversos equipamentos. Recursos Humanos.
243 Ressaltamos que não houveram somente dificuldades. Tivemos alguns avanços. Sobre o
244 Orçamento próprio do Conselho, precisamos de autonomia, para gerir estes recursos.
245 Devemos conquistar assessorias, área física compatível. Estamos no momento analisando
246 o Plano Municipal de Saúde. Penso que algumas questões que ficam pendentes, pois
247 nesta minha militância, coordenando o Conselho do Partenon e o Conselho Municipal.
248 Penso que deixei o Conselho do Partenon num plano, diria não secundário, mas no plano
249 que ele realmente merece. E tem uma questão, que é a instalação das três Equipes de
250 Saúde da Família, no Partenon, que deixo um pedido para a Gestão atual, para os

251 conselheiros, que possam estarem contribuindo para que isto avance. Agradeço as
252 pessoas que depositaram confiança em nossa chapa, que foi a chapa 2. A Força Sindical,
253 como usuários. Profissionais, como os fisioterapeutas. Prestador, e queria agradecer
254 alguns segmentos, inclusive lembrando da idade. A MARIA IVONE DILL, o Senhor
255 DEOCLIDES ALMEIDA, o NEI CARVALHO, que é uma pessoa que deve ser lembrado e
256 outros. O Senhor ALCIDES POZZOBON, com grande desprendimento. Espírito coletivo.
257 Muito cooperativo. Vou falar de uma pessoa do segmento dos trabalhadores pelo que
258 trabalhou, que posteriormente passou a representar o segmento Gestor. Pela história dela,
259 que é a ANA MARIA DE ARAUJO CIRNE. Desejo uma boa sorte a nova Coordenação,
260 ficando feliz porque uma de nossas questões era a de gênero e será mantida, com uma
261 mulher. Desejo a todos os Conselheiros do Núcleo que sejam felizes e que ajudem o SUS
262 a avançar cada vez mais. Nós continuaremos batalhando. Gostaria de continuar em
263 algumas Comissões, representações. Este é o papel dos Conselheiros. Muito obrigada a
264 todos. Registro que fui convidada a representar este Conselho no sábado, 8 de março, na
265 homenagem que será prestada à 9 mulheres que fazem parte dos diversos Conselhos
266 de Porto Alegre. Obrigado. É encaminhada a palavra então a Senhora MARIA LETÍCIA
267 DE OLIVEIRA GARCIA, nova Coordenadora do Conselho Municipal de Saúde de Porto
268 Alegre. Boa noite a todos. Gostaríamos de agradecer a cada conselheira e conselheiro e
269 em particular aos componentes da chapa “Saúde com Mobilização” Oscar da Região
270 Humaitá Navegantes, Rejane do Eixo Baltazar, Vieira do Extremo Sul, Elen do Centro,
271 Débora do Sindicato dos Farmacêuticos e o Roger da Associação Brasileira dos Hospitais
272 Universitários e de Ensino e todos aqueles que participam deste Conselho Municipal de
273 Saúde, que é órgão colegiado, deliberativo e permanente do SUS e que em nosso
274 entendimento constitui importante e fundamental instrumento de cidadania na luta pelo
275 direito à saúde da população, que o movimento de democratização brasileiro gravou na
276 Constituição federal. Ao longo de seus quase 16 anos de existência, o CMS fez história
277 desenvolvendo ações estratégicas que garantiram o direito à saúde da população com
278 participação popular. Nesta caminhada, muitos foram os limites, mas garantimos avanços
279 significativos que contribuíram para a construção do SUS. Ocupamos o PAM 3 e
280 conquistamos o PACS. Reafirmamos o caráter público da saúde quando decidimos manter
281 a Unidade de Saúde Bom Jesus sob gestão municipal. Mobilizamos-nos para barrar as
282 organizações sociais conquistando a municipalização do Hospital Presidente Vargas.
283 Realizamos 5 Conferências Municipais de Saúde, além de tantas outras Conferências
284 Temáticas, como Saúde Bucal, Saúde Mental, DST/AIDS, Saúde do Trabalhador,
285 Educação e Gestão do Trabalho, etc, onde ampliou-se o debate acerca da política de
286 saúde na cidade, no estado e no país. Esta história de lutas nos qualifica e capacita para
287 construir o SUS que queremos, estatal, com controle social, independente e articulado
288 com os movimentos popular e sindical, que como bem afirma a Dra. Soraya Côrtes *“Existe
289 enorme variedade de modos de funcionamento de conselhos. Alguns têm participação
290 intensa de representantes do movimento popular e sindical. Outros existem apenas
291 formalmente, criados para responder a exigência legal e, desse modo, viabilizar o
292 recebimento de recursos financeiros. É a força dos movimentos popular e sindical que
293 determinará a ocorrência ou não de participação de representantes legítimos e autônomos
294 dos setores populares desses fóruns.”* Entendemos que o controle social é a chave para a
295 construção do SUS que queremos, e pelo qual lutamos. Um SUS que garanta o direito à
296 saúde de todos, com equidade, integralidade, de forma resolutiva e humanizada. Temos a
297 certeza de que a saúde é a mais inclusiva das políticas sociais promovidas pelo estado
298 brasileiro e sabemos que mais de 70% da população brasileira depende exclusivamente
299 do SUS. Mas independentemente da condição social e econômica, todos os brasileiros,
300 em maior ou menor grau, usufruem das ações e serviços do SUS, na medida em que é

301 responsabilidade deste sistema a qualidade da água que bebemos, dos alimentos que
302 comemos, dos diversos produtos e serviços que consumimos. Dados recentes
303 disponibilizados pelo Ministério da saúde afirmam que 87.000.000 de brasileiros são
304 acompanhados por 27 mil equipes de saúde da família, presentes em 92% dos municípios
305 sendo a base para um novo modelo assistencial; o SUS realizou em 2006 2,3 bilhões de
306 procedimentos ambulatoriais, mais de 300 milhões de consultas médicas e 2 milhões de
307 partos; nas ações de maior complexidade, foram realizados 11 mil transplantes, 215 mil
308 cirurgias cardíacas, 9 milhões de procedimentos de quimioterapia e radioterapia e 11,3
309 milhões de internações; a qualidade e o impacto de alguns programas de saúde são
310 altamente reconhecidos em termos internacionais a exemplo dos programas de
311 imunizações, de AIDS e de controle do tabagismo atingindo resultados dificilmente
312 inigualáveis no mundo; o SUS constitui um exemplo destacado de pacto federativo e
313 democrático no qual as ações são acordadas em instâncias formais com a participação
314 das três esferas de governo havendo uma prática já disseminada de Controle e de
315 participação social, que constitui modelo para outras iniciativas em curso nas políticas
316 públicas do país. No entanto, o exercício do Controle Social é um processo permanente e
317 árduo, haja vista as dificuldades que temos enfrentado neste conselho, na defesa da
318 saúde em nosso município, das quais podemos citar o mal sucedido processo dos
319 implantes contraceptivos, o fechamento do Pronto Atendimento Cruzeiro do Sul, a crise no
320 programa saúde da família, o desmonte de políticas e serviços importantes como o
321 Laboratório Central, a rede de saúde mental, a falta de recursos humanos, o
322 sucateamento do HPS e do Hospital Presidente Vargas. Todos estes fatos têm sido objeto
323 de preocupação do Conselho Municipal que tem como atribuição acompanhar, avaliar e
324 fiscalizar os serviços de saúde prestados à população, formulando estratégias e
325 controlando a execução da política de saúde. Portanto, entendemos que estas
326 dificuldades constituem um desafio para a participação de todos os segmentos que
327 compõem o SUS, usuários, trabalhadores de saúde, prestadores de serviços e o gestor. A
328 partir desta concepção o grupo que hoje assume a direção deste conselho, entende
329 fundamental que haja um processo permanente de educação para o exercício do controle
330 social, como forma de potencializar a ação de cada conselheiro, com a garantia de infra-
331 estrutura e apoio para seu fortalecimento e pleno funcionamento. Neste sentido, as
332 experiências mais recentes de capacitação de conselheiros tem nos mostrado o potencial
333 desta estratégia na qualificação das nossas ações. É preciso avançar ainda mais neste
334 processo, descentralizando para as regiões, ampliando a participação das pessoas.
335 Entendemos que as comissões internas do conselho também sejam ampliadas na sua
336 participação bem como qualificadas no seu potencial de assessoria temática ou técnica ao
337 plenário do CMS, e em especial a comissão de fiscalização deve ter sua ação
338 potencializada, contando com a presença de representações das diversas categorias
339 profissionais da área da saúde, bem como ter ação descentralizada nas regiões, para que
340 possa ser mais atuante e eficaz na sua tarefa de fiscalizar e acompanhar as ações e
341 serviços de saúde. Na busca da integralidade, e entendendo toda a gama de fatores
342 determinantes e condicionantes na saúde, é importante a articulação permanente com os
343 demais Conselhos que discutem e fiscalizam as políticas públicas, em especial Educação,
344 Direitos da Criança e do Adolescente, Mulher, Idoso, Direitos Humanos, Assistência
345 Social, e tantos outros. Da mesma forma, é fundamental a articulação permanente com os
346 Conselhos Estadual e Nacional de Saúde, com o Poder Legislativo, Tribunais de Contas e
347 Ministério Público, como forma de garantir o cumprimento da legislação do Sistema Único
348 de Saúde. É encaminhada a palavra à representante do Ministério da Saúde, CLARITA
349 DE SOUZA, que diz que após ouvir toda uma história, uma aula, da MARIA LETÍCIA, a
350 gente somente tem de reconhecer, sem dúvida, que o Sistema Único de Saúde, na

351 verdade, é uma responsabilidade de todos nós, independente de sermos Gestor,
352 usuário, trabalhador, prestador. O SUS não seria do tamanho que é e do tamanho que
353 deveria ser, se não tiver efetivamente este trabalho de mãos dadas. Devem estar
354 irmanados e sempre fazer reivindicações, lutas, aquilo que a população efetivamente
355 precisa, pois é para isso que o SUS existe. Para se tratar disso o local, sem dúvida, de
356 maneira mais adequada, mais organizada, mais democrática é o Conselho de Saúde,
357 municipal, estadual e nacional. Portanto, para a equipe que estava coordenando e para a
358 equipe que começa a coordenar, a responsabilidade é a mesma. Não tenho dúvidas de
359 o que a população espera, independente de onde estejamos, é exatamente isso, mais
360 atendimento, mais qualidade e mais saúde para todos nós, pois é tudo o que queremos. É
361 nesse nicho maravilhoso que nós trabalhamos. Portanto, por mais duro, mais árduo que
362 seja o dia-a-dia, que as vezes parece que a gente não tem mais força, nós estamos no
363 centro da vida. Os conselheiros, trabalhadores, usuários, gestores prestadores e isso nos
364 deve honrar todos os dias. Eu tenho esta honra e quero dividir com vocês, em nome do
365 Ministério da Saúde e de todos os gestores. Sucesso para vocês. Bom trabalho para
366 vocês e para todos nós. Fala a seguir o Senhor NILTON MUNHÓZ. Meu boa noite a
367 todos. Quero aqui ratificar a nossa parceria, que tivemos com a Coordenação anterior.
368 Dizer a todos vocês, no caso, Gestor estadual, a Coordenadoria Estadual de Saúde, que
369 tem a honra de participar junto com vocês, neste espaço, no qual hoje me incluo como
370 representante, junto ao Conselho. Reafirmo mais uma vez, que em qualquer das
371 instâncias, somos parceiros. Para discutir, sugerir, acatar e também, acima de tudo,
372 respeitar. Fala a seguir a Senhora ENI BAHIA, representando o Conselho Estadual da
373 Saúde. Carinhosamente saúdo a nova presidente do Conselho Municipal de Saúde de
374 Porto Alegre e aos demais componentes da mesa. Após todos falarem nesta mesa, tão
375 brilhantemente, sobrou-me pouco para falar. Mas abro meu coração, dizendo que o
376 Controle Social, os Conselhos de Saúde, são de máxima importância do povo brasileiro.
377 É ele que vai controlar as verbas da Saúde, como sabemos e que urge. Nós corremos
378 atrás. É de uma importância muito grande. Nós, enquanto Conselho Estadual, temos
379 muitas dificuldades, e com certeza teremos que contar com os Conselhos Municipais. E
380 que nós temos que informar que estamos preocupados com a qualidade do Controle
381 Social do Estado do Rio Grande do Sul. O Conselho Estadual fez um rastreamento nos
382 496 municípios e seus conselhos e chegou a conclusão que tem algumas regiões que
383 não tem sequer um Conselho Municipal funcionando em sua plenitude. Com sua
384 paridade. Com suas plenárias. Isto é muito grave. Temos que nos dar as mãos e correr
385 atrás disso. Se não tivermos o controle Social com qualidade nós também não teremos a
386 saúde do povo garantida, com qualidade. Faço um apelo à esta mesa. Colocando o
387 Conselho Estadual a disposição. Temos que fazer algumas ações em parcerias. Registro
388 que a nossa presidente, a Dra. MARIA HELENA não pode estar presente, por motivos
389 pessoais o Conselho Estadual de Saúde a disposição e certamente teremos muito
390 trabalho pela frente. Que Deus nos abençoe. Nada mais havendo, as 21:10 hora, é
391 encerrada a plenária e lavrada a presente ata.

392

393

394

395 ZILDA DE MORAES MARTINS

OSCAR RISSIERI PANIZ

396 Coordenadora do Conselho Municipal

Secretário

397 Da Saúde de Porto Alegre

398

399 Gostaríamos de agradecer a cada conselheira e conselheiro e em particular os
400 componentes da chapa “Saúde com Mobilização” Oscar da Região Humaitá Navegantes,
401 Rejane do Eixo Baltazar, Vieira do Extremo Sul, Elen do Centro, Débora do Sindicato dos
402 Farmacêuticos e o Roger da Associação Brasileira dos Hospitais Universitários e de
403 Ensino e todos aqueles que participam deste Conselho Municipal de Saúde, que é órgão
404 colegiado, deliberativo e permanente do SUS e que em nosso entendimento constitui
405 importante e fundamental instrumento de cidadania na luta pelo direito à saúde da
406 população, que o movimento de democratização brasileiro gravou na constituição federal.

407 Ao longo de seus quase 16 anos de existência, o CMS fez história desenvolvendo
408 ações estratégicas que garantiram o direito à saúde da população com participação
409 popular. Nesta caminhada, muitos foram os limites, mas garantimos avanços significativos
410 que contribuíram para a construção do SUS. Ocupamos o PAM 3 e conquistamos o
411 PACS. Reafirmamos o caráter público da saúde quando decidimos manter a Unidade de
412 Saúde Bom Jesus sob gestão municipal. Mobilizamo-nos para barrar as organizações
413 sociais conquistando a municipalização do Hospital Presidente Vargas. Realizamos 5
414 Conferências Municipais de Saúde, além de tantas outras Conferências Temáticas, como
415 Saúde Bucal, Saúde Mental, DST/AIDS, Saúde do Trabalhador, Educação e Gestão do
416 Trabalho, etc, onde ampliou-se o debate acerca da política de saúde na cidade, no estado
417 e no país.

418 Esta história de lutas nos qualifica e capacita para construir o SUS que queremos,
419 estatal, com controle social, independente e articulado com os movimentos popular e
420 sindical, que como bem afirma a Dra. Soraya Côrtes *“Existe enorme variedade de modos
421 de funcionamento de conselhos. Alguns têm participação intensa de representantes do
422 movimento popular e sindical. Outros existem apenas formalmente, criados para
423 responder a exigência legal e, desse modo, viabilizar o recebimento de recursos
424 financeiros. É a força dos movimentos popular e sindical que determinará a ocorrência ou
425 não de participação de representantes legítimos e autônomos dos setores populares
426 desses fóruns.”*

427 Entendemos que o controle social é a chave para a construção do SUS que
428 queremos, e pelo qual lutamos. Um SUS que garanta o direito à saúde de todos, com
429 equidade, integralidade, de forma resolutiva e humanizada.

430 Temos a certeza de que a saúde é a mais inclusiva das políticas sociais promovidas
431 pelo estado brasileiro e sabemos que mais de 70% da população brasileira depende
432 exclusivamente do SUS. Mas independentemente da condição social e econômica, todos
433 os brasileiros, em maior ou menor grau, usufruem das ações e serviços do SUS, na
434 medida em que é responsabilidade deste sistema a qualidade da água que bebemos, dos
435 alimentos que comemos, dos diversos produtos e serviços que consumimos.

436 Dados recentes disponibilizados pelo Ministério da saúde afirmam que 87.000.000
437 de brasileiros são acompanhados por 27 mil equipes de saúde da família, presentes em
438 92% dos municípios sendo a base para um novo modelo assistencial; o SUS realizou em
439 2006 2,3 bilhões de procedimentos ambulatoriais, mais de 300 milhões de consultas
440 médicas e 2 milhões de partos; nas ações de maior complexidade, foram realizados 11 mil
441 transplantes, 215 mil cirurgias cardíacas, 9 milhões de procedimentos de quimioterapia e
442 radioterapia e 11,3 milhões de internações; a qualidade e o impacto de alguns programas
443 de saúde são altamente reconhecidos em termos internacionais a exemplo dos programas
444 de imunizações, de AIDS e de controle do tabagismo atingindo resultados dificilmente
445 inigualáveis no mundo; o SUS constitui um exemplo destacado de pacto federativo e
446 democrático no qual as ações são acordadas em instâncias formais com a participação
447 das três esferas de governo havendo uma prática já disseminada de Controle e de
448 participação social, que constitui modelo para outras iniciativas em curso nas políticas
449 públicas do país.

450 No entanto, o exercício do Controle Social é um processo permanente e árduo, haja
451 vista as dificuldades que temos enfrentado neste conselho, na defesa da saúde em nosso
452 município, das quais podemos citar o mal sucedido processo dos implantes
453 contraceptivos, o fechamento do Pronto Atendimento Cruzeiro do Sul, a crise no programa
454 saúde da família, o desmonte de políticas e serviços importantes como o Laboratório
455 Central, a rede de saúde mental, a falta de recursos humanos, o sucateamento do HPS e
456 do Hospital Presidente Vargas. Todos estes fatos têm sido objeto de preocupação do
457 Conselho Municipal que tem como atribuição acompanhar, avaliar e fiscalizar os serviços
458 de saúde prestados à população, formulando estratégias e controlando a execução da
459 política de saúde.

460 Portanto, entendemos que estas dificuldades constituem um desafio para a
461 participação de todos os segmentos que compõem o SUS, usuários, trabalhadores de
462 saúde, prestadores de serviços e o gestor. A partir desta concepção o grupo que hoje

463 assume a direção deste conselho, entende fundamental que haja um processo
464 permanente de educação para o exercício do controle social, como forma de potencializar
465 a ação de cada conselheiro, com a garantia de infra-estrutura e apoio para seu
466 fortalecimento e pleno funcionamento.

467 Neste sentido, as experiências mais recentes de capacitação de conselheiros tem
468 nos mostrado o potencial desta estratégia na qualificação das nossas ações. É preciso
469 avançar ainda mais neste processo, descentralizando para as regiões, ampliando a
470 participação das pessoas.

471 Entendemos que as comissões internas do conselho também sejam ampliadas na
472 sua participação bem como qualificadas no seu potencial de assessoria temática ou
473 técnica ao plenário do CMS, e em especial a comissão de fiscalização deve ter sua ação
474 potencializada, contando com a presença de representações das diversas categorias
475 profissionais da área da saúde, bem como ter ação descentralizada nas regiões, para que
476 possa ser mais atuante e eficaz na sua tarefa de fiscalizar e acompanhar as ações e
477 serviços de saúde.

478 Na busca da integralidade, e entendendo toda a gama de fatores determinantes e
479 condicionantes na saúde, é importante a articulação permanente com os demais
480 Conselhos que discutem e fiscalizam as políticas públicas, em especial Educação, Direitos
481 da Criança e do Adolescente, Mulher, Idoso, Direitos Humanos, Assistência Social, e
482 tantos outros

483 Da mesma forma, é fundamental a articulação permanente com os Conselhos
484 Estadual e Nacional de Saúde, com o Poder Legislativo, Tribunais de Contas e Ministério
485 Público, como forma de garantir o cumprimento da legislação do Sistema Único de Saúde,
486 (bem como consolidar o papel do Controle Social sobre as políticas públicas).

487
488
489
490
491
492
493
494
495
496
497
498

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO ALEGRE

TERMO DE POSSE DO NÚCLEO DE COORDENAÇÃO BIÊNIO - 2008/2009

499 Aos seis dias de março do ano dois mil e oito, no auditório do prédio da Secretaria
500 Municipal de Saúde de Porto Alegre, localizado na Avenida João Pessoa, 325 – térreo,
501 Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil, em reunião ordinária do Conselho Municipal de
502 Saúde do mesmo município, neste ato sob a coordenação da Comissão Eleitoral
503 especialmente designada pelo Plenário para este fim e na presença dos Conselheiros
504 membros desse Plenário e demais convidados, procedeu-se à posse dos conselheiros
505 eleitos para o Núcleo de Coordenação do Conselho Municipal de Saúde para o biênio
506 2008/2009, conforme resultado do pleito realizado em vinte e um de fevereiro de dois mil e
507 oito. Desta forma e conforme a legislação vigente, ficam empossados os seguintes
508 conselheiros: Elen Maria Borba, José Carlos da Silveira Vieira, Oscar Rissieri Paniz e
509 Rejane Haidrich do segmento usuário. Débora Raymundo Melecchi e Maria Letícia de
510 Oliveira Garcia do segmento trabalhadores de saúde. Roger dos Santos Rosa do
511 segmento prestadores de serviços e Eliseu Santos do segmento governo. Em obediência
512 ao Artigo 58 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde, foi declarado no ato
513 da inscrição pelo grupo ora empossado que a Coordenação do Núcleo será exercida pela
514 Conselheira Maria Letícia de Oliveira Garcia e a Vice-Coordenação será exercida pelo
515 Conselheiro Oscar Rissieri Paniz. Lavrado e lido, o presente Termo vai assinado por mim,
516 Pedro Luiz do Amaral Ribeiro em representação dos membros da Comissão Eleitoral,
517 Conselheiro Nei Carvalho e Trabalhadora Ana Maria de Araújo Cirne e pelos Conselheiros
518 ora empossados, devendo ser encaminhada através de Resolução para publicação no
519 Diário Oficial de Porto Alegre para que produza os efeitos necessários. Porto Alegre, seis
520 de março de dois mil e oito.

521
522

523 Pedro Luiz do Amaral Ribeiro – p/ Comissão Eleitoral

524

525 Usuários:

526

527 Elen Maria Borba

José Carlos Silveira Vieira

528

529 Oscar Rissieri Paniz

Rejane Haidrich

530

531 Trabalhadores de Saúde:

532

533 Débora Raymundo Melecchi

Maria Letícia de Oliveira Garcia

534

535 Roger dos Santos Rosa – Prestador de Serviços

536

537 Eliseu Santos – Governo

538

Ata aprovada na reunião Plenária do dia 27/03/2008.

539

540